

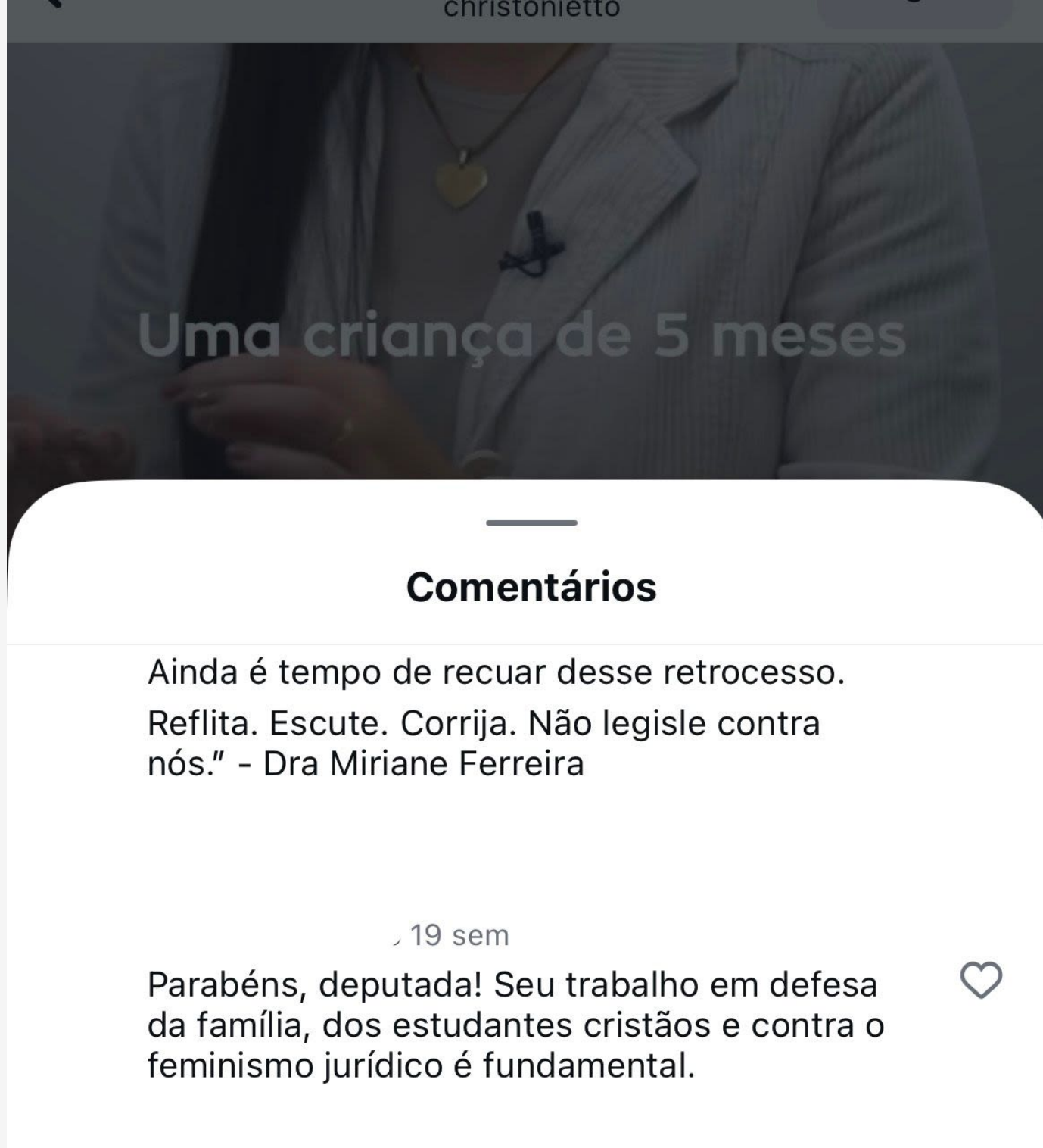
PL Mulher lidera ofensiva aos direitos reprodutivos

Do Congresso às redes sociais, bancada feminina do Partido Liberal
reforça cruzada contra o aborto e os direitos sexuais

“Quem defende a vida, virou criminoso. E quem promove a morte, virou bonzinho da história”, bradou a deputada federal Chris Tonietto em um reels publicado em seu perfil no Instagram no dia 02 de junho de 2025. O vídeo registra mais de 600 comentários e foi produzido depois que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu afastar a juíza Maria Socorro de Sousa Afonso da Silva. A magistrada, em julho de 2023, negou o direito ao aborto legal de uma menina de 13 anos, vítima de violência sexual e grávida de cinco meses. Para Tonietto, permitir o acesso ao direito ao aborto – assegurado, neste caso, pela legislação brasileira – seria promover a cultura da morte, como reafirma na maioria dos seus vídeos.

Essa mesma postura é compartilhada por deputadas do Partido Liberal (PL) – partido que tem a segunda maior bancada feminina na Câmara Federal – que fazem questão de reafirmá-la em suas redes sociais, atraindo comentários como “Em defesa da vida! E parabéns às Juízas por fazerem bem feito seus trabalhos e pela coragem de enfrentar o sistema” ou “Parabéns deputada! Seu trabalho em defesa da família, dos estudantes cristãos e contra o feminismo jurídico é fundamental”. O que nenhuma delas denuncia é que meninas e mulheres encontram diversas barreiras para acessar o direito ao aborto no Brasil, onde ele é permitido em casos de risco à vida da mulher, gravidez decorrente de estupro e quando o feto é anencéfalo.





Comentários da publicação do dia 02 de junho de 2025 da parlamentar Chris Tonietto. Reprodução do Instagram.

Nos últimos oito anos, as deputadas federais do Partido Liberal submeteram 19 projetos que visam restringir a legislação vigente sobre aborto e direitos reprodutivos, sem contar os requerimentos e propostas sobre estes temas dos quais foram co-autoras. A cientista política Maria Clara de Mendonça Maia analisou, em sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), todos os projetos de lei submetidos à Câmara dos Deputados de 1985 a 2020. Dos 460 projetos, 144 tem o aborto como assunto prioritário e secundário — 47,9% são propostas que buscam reduzir o direito e 21,2% o ampliam. O extinto Partido Social Liberal (PSL) apresentou o maior número de propostas que visavam a restrição ao aborto legal - das 15 propostas protocoladas entre 2019 e 2020, 10 eram de parlamentares homens e mulheres do PSL, partido que, em outubro de 2021, se fundiu com o Democratas, dando origem ao União Brasil.

Em 2006, o Partido Liberal se uniu ao Prona (Partido da Reedificação da Ordem Nacional) para se tornar o PR (Partido da República). A sigla voltou a ser PL em 2019. As parlamentares eleitas pelo Partido Liberal e com mandato no momento são a deputada estadual Ana Campagnolo (SC) e as deputadas federais Bia Kicis (DF), Chris Tonietto (RJ), Caroline de Toni (SC), Coronel Fernanda (MT), Detinha (MA), Julia Zanatta (SC), Magda Mofatto (MG), Roberta Roma (BA), Rosana Valle (SP) e Soraya Santos (RJ). Destas, Ana Campagnolo, Chris Tonietto, Caroline de Toni e Júlia Zanatta são as que possuem um discurso mais alinhado ao antifeminismo e a favor da criminalização do aborto, tanto em suas redes sociais como na Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, no caso de Campagnolo.

Chris Tonietto, eleita Deputada Federal (RJ) em 2018, com 38.525 votos, e reeleita em 2022, com 52.583 votos, possui cerca de 296 mil seguidores no Instagram e é presidente do PL Mulher do Rio de Janeiro. Em suas redes, define-se como pró-vida e pró-família. No dia 08 de outubro de 2025, a deputada publicou um trecho de seu discurso em plenário no qual afirma que mulheres feministas não se importam com as mulheres que estão para nascer. “Fala-se muito sobre discriminação, mas a maior discriminação é, justamente, sobre muitas mulheres, só que mulheres que ainda não nasceram. Hoje é o dia do nascituro, por exemplo, e muitos que vociferam dizendo que estão preocupados com crianças, com meninas, com mulheres, fecham os olhos que 50% de chance de quando uma mulher engravida é de engravidar de alguém do sexo feminino. Então, essas mulheres, essas crianças, elas não importam”.

Naquele mesmo dia, a deputada protocolou o pedido de urgência para o PDL 3/2025, a fim de que fosse votado direto no plenário, sem passar pelas Comissões. A manobra, bem sucedida, pretendia evitar a discussão nesses espaços onde as propostas podem ser debatidas de forma mais aprofundada, antes de irem ao plenário. Em oito anos, a parlamentar protocolou 12 projetos - o PDL 3/2025 é um deles - que visam cercear os direitos reprodutivos de meninas e mulheres, sem contar os projetos de outros parlamentares nos quais aparece como apoiadora.

Retrocesso

Até a publicação desta reportagem, só em 2025 a deputada Chris Tonietto protocolou dois projetos com o objetivo de restringir a legislação do aborto: o [PDL 346/2025](#) e o [PDL 3/2025](#), aprovado pela Câmara de Deputados no dia 05 de

novembro. O projeto busca anular os efeitos da Resolução nº 258 de 23 de dezembro de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), responsável por regulamentar o atendimento de meninas de até 14 anos vítimas de estupro, garantindo o direito de ser acolhida e escolher realizar o aborto com ou sem a presença dos pais, acompanhada de outros órgãos, como a Defensoria Pública. Ou seja, o PDL 3/2025 representa mais uma ofensiva contra os direitos reprodutivos das brasileiras.

Tonietto comemorou em postagem no Instagram, no mesmo dia da aprovação, o que definiu como uma vitória no parlamento. “Impedimos o retrocesso civilizatório que estava sendo promovido pela resolução do Conanda, que flexibilizava o aborto até nove meses de gestação. Um absurdo, um atentado direto à vida e à família. Importante vitória! É o dia da gente celebrar realmente a vida e a proteção das crianças”. Em outra postagem, dia 07 de novembro, a parlamentar expôs os deputados que votaram contra o PDL 3/2025, que ela intitula de “PDL antipedofilia”, pois, para ela, sem o boletim de ocorrência não há investigação e, sem investigação, o agressor ficaria livre para violentar outras mulheres.

No entanto, a deputada não explica que a exigência de um boletim de ocorrência – ou de qualquer outra imposição de requisitos não previstos em lei – dificulta o acesso de meninas aos seus direitos, como o do aborto legal, ainda mais quando se sabe que boa parte dos autores destes estupros (65,7%) estão na mesma residência que as vítimas, como aponta o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, na sua 19ª Edição com análise de dados de 2024. A pesquisa revela ainda que 76,8% dos casos de violência sexual foram classificados como estupro de vulnerável, em que as vítimas são menores de 14 anos.

Em uma busca rápida na internet, entre setembro e início de novembro, encontramos poucas notícias sobre o PDL 3/2025 . Não é algo incomum. A maioria dos projetos legislativos de autoria das parlamentares do PL referem-se a alterações relacionadas ao Conanda e aos direitos reprodutivos, e costumam não gerar muito barulho ou visibilidade na imprensa hegemônica ou junto à sociedade civil. Uma das poucas exceções foi o [PL 1904/2024](#), do deputado Sóstenes Cavalcante (PL/RJ), assinado pela maioria das parlamentares do Partido Liberal, que mobilizou a população em manifestações contrárias ao projeto nas ruas das capitais do país e nas redes sociais no dia 13 de junho de 2024. O projeto segue em tramitação na Câmara dos Deputados e prevê que o aborto realizado acima de 22 semanas de gestação, em qualquer situação, inclusive naquelas onde é permitido legalmente, caso exista viabilidade fetal, passará a ser considerado homicídio, com responsabilização da gestante e dos médicos.

Enquanto alguns movimentos tentam avançar a pauta da descriminalização do aborto, a ofensiva contra os direitos reprodutivos cresce dentro do Congresso. No dia 15 de outubro, a Comissão dos Direitos Humanos no Senado aprovou o [PL 2524/2025](#) o qual estabelece um limite de idade gestacional para a realização do aborto legal, o que nunca existiu na legislação brasileira, estabelecendo a viabilidade do feto a partir da vigésima segunda semana de gravidez. O projeto legislativo é de autoria do senador Messias de Jesus (Republicanos/RR). O relator é o senador Eduardo Girão (Novo/CE), autor do [PL 1301/2025](#), que propõe alterar um artigo do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para estabelecer limite gestacional e agravamento de pena em hipóteses específicas de aborto. O senador Girão também apresentou o [PL 4167/2023](#), que pretende proibir a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade telessaúde, prejudicando quem vive longe dos hospitais que oferecem o serviço. O PL foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos, no dia 22 de outubro, e segue em tramitação no Senado Federal.

Ao mesmo tempo, nas suas redes sociais, as parlamentares do PL propagam a ideia de que existe uma cultura da morte sendo promovida por quem é contrário à criminalização do aborto. Na conta do Instagram da deputada estadual catarinense Ana Campagnolo, com cerca de 1,8 milhões de seguidores, não é difícil encontrar postagens com discursos antifeministas e conservadores. Uma de suas publicações mais recentes sobre o tema foi um reels, do dia 23 de julho de 2025, no qual defende o uso do ultrassom com som em mulheres grávidas que desejam acessar o direito ao aborto – para, assim, ouvirem as batidas do coração do feto. No mesmo vídeo, ela propõe que essas mulheres procurem uma instituição religiosa para as auxiliarem a manter a gravidez. “Que a vida dos inocentes prevaleça sobre a cultura da morte. Amém”, diz, ao finalizar o reels de dois minutos e trinta segundos.

Outras duas parlamentares que utilizam a doutrina cristã para justificar seu ponto de vista são as deputadas federais Chris Tonietto (RJ) e Caroline de Toni (SC). Em uma de suas publicações conjuntas no Instagram, no dia 29 de novembro de 2024, elas afirmam que “assegurar a vida desde a concepção é reconhecer a manifestação mais bela do poder de Deus” e citam o Salmo 139:13-14: “Tu criaste o íntimo do meu ser e me teceste no ventre de minha mãe. Eu te louvo porque me fizeste de modo especial e admirável. Tuas obras são maravilhosas! Disso tenho plena certeza”. Para a pesquisadora Máira Kubik Taveira Mano, a religião tem grande importância no campo conservador quando o assunto são questões de gênero e o aborto. “Eu acredito que a religião cumpre um papel fundamental quando a gente pensa que o que se entende por família conservadora é uma família heteropatriarcal, fortemente baseada em preceitos religiosos e monoteísta. A religião atua como um simbolismo de qual é o papel social das mulheres dentro da família”.

Na Igreja católica, por exemplo, a maioria dos papas fizeram declarações contrárias ao aborto, evocando estigmas sobre quem o pratica. O Papa Francisco, franciscano, considerado por alguns um dos mais progressistas, formalmente declarou sua posição contrária ao aborto na [missa que marcou o Dia Mundial da Paz e na qual comemorou-se a Solenidade de Maria Santíssima Mãe de Deus](#), em 01 de janeiro de 2025. Na ocasião, ele pediu aos fiéis que se opusessem ao aborto e respeitassem a vida desde a concepção até a morte natural. Os evangélicos seguem a mesma linha. Em fevereiro de 2025, o presidente da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional, Gilberto Nascimento (PSD), em [entrevista para a Rádio Câmara](#), afirmou que a bancada está unida em torno da defesa da família e contra o aborto.

No entanto, de acordo com a Pesquisa Nacional do Aborto (PNA) de 2021, 81% das pessoas que abortam têm religião e, deste número, aproximadamente 41,5% são católicas e 32% protestantes ou evangélicas. As pessoas que em algum momento

realizaram um aborto possuem um perfil de todas as religiões, escolaridades, raças, classes sociais e regiões do país.

Um direito

A mesma pesquisa mostra que 1 em cada 7 brasileiras, aos 40 anos, fez pelo menos um aborto - cerca de 5 milhões de mulheres já fizeram um aborto no país. Além disso, o estudo identificou que a gravidez não planejada é um evento comum no Brasil - em 2021, 2 em cada 3 mulheres grávidas (66%) não haviam planejado a gravidez. Essas mulheres estão entre as pessoas mais afetadas por projetos legislativos como os propostos pela bancada feminina do Partido Liberal, que representam, na verdade, mais barreiras de acesso ao aborto no país.

Anne Teive Auras, Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) e Defensora Pública de Santa Catarina, explica que as mulheres que se enquadram nos requisitos para acessar o aborto legalmente enfrentam dificuldades como a falta de informação a respeito do direito de interromper a gestação, o desestímulo por parte da rede de atendimento, a falta de conhecimento das profissionais da rede (saúde, assistência social, conselho tutelar) e a imposição de requisitos não previstos em lei, como o registro de boletim de ocorrência, laudo do IML ou decisão judicial. Podem ocorrer também a imposição arbitrária de limitação por idade gestacional e a pressão e constrangimento de grupos contrários aos direitos reprodutivos. Outro agravamento é a ínfima quantidade de serviços de referência, exigindo a realização de viagens e a estigmatização do aborto. Essas imposições não são incomuns, inclusive no judiciário. O pedido de acesso ao aborto legal negado pela juíza Maria Socorro de Sousa Afonso da Silva, no estado de Goiás, celebrado pela deputada Chris Tonietto é, infelizmente, só mais um exemplo.

Alana*, vítima de violência sexual, representa as muitas brasileiras que há anos enfrentam obstáculos para acessar o serviço. Um levantamento feito pelo g1 - com dados do Sistema Único de Saúde (SUS), obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI) - revelou que cerca de 40% das mulheres que fizeram um aborto autorizado por lei no Brasil, entre janeiro de 2021 e fevereiro de 2022, realizaram o procedimento fora do município onde moravam. “Eu tive muita dificuldade para achar informações sobre o aborto legal, só entendi melhor aonde ir e o que fazer pelo Projeto Vivas, porque são informações que não são de fácil acesso”. O Projeto Vivas é uma organização não governamental localizada em São Paulo, sem fins lucrativos, criada em 2020 com o intuito de auxiliar meninas, mulheres e outras pessoas com capacidade de engravidar a acessar os serviços de aborto legal no Brasil pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Alana não sabia que tinha sofrido violência sexual e, somente após o acolhimento realizado pelo projeto, o crime ficou claro para ela. Ainda assim, precisou realizar uma viagem para outro estado para ter acesso ao que era seu direito.

“Eu cheguei a ir em uma das maternidades aqui do Rio de Janeiro e não me senti escutada, não me senti acolhida. Eu já estava com vinte semanas [de gestação], eles não aceitaram fazer o procedimento. Eles me indicaram voltar no outro dia e conversar com a psicóloga e assistente social da maternidade porque eu poderia fazer o pré-natal e, depois, em algum momento, entregar [a criança] para adoção”.

De acordo com a legislação brasileira e as orientações do Ministério da Saúde, nos casos previstos em lei, não existe imposição de idade gestacional limite para realização do aborto, mas algumas unidades de saúde criam suas próprias regras, ampliando as dificuldades. “Como, pelo tempo gestacional que eu estava, ia ser difícil encontrar algum hospital aqui no meu estado que aceitasse fazer o procedimento, as meninas do projeto me indicaram ir para Minas Gerais, no Hospital das Clínicas, em Uberlândia. Eu marquei pelo whatsapp mesmo. Eu não tinha como pagar a passagem de ida e volta, então as meninas do projeto custearam minha viagem e, assim, eu consegui fazer o procedimento”.

A defensora pública de Santa Catarina, Anne Teive Auras, explica que, para interromper a gestação nos casos previstos em lei, não é necessário autorização judicial e o hospital não pode negar o procedimento. “A mulher deve procurar o serviço de saúde da sua região e ser devidamente orientada, com o agendamento no hospital de referência para a região e a garantia do seu deslocamento até o hospital no dia agendado”, afirma. Esses procedimentos são regidos por normativas do Ministério da Saúde. Caso isso seja negado, a mulher pode buscar a Defensoria Pública ou o Ministério Público da sua cidade a fim de fazer valer o seu direito.

Assim como Alana, Beatriz* também enfrentou barreiras de acesso ao aborto legal. Vítima de violência sexual, ela procurou o hospital da sua cidade, em Brasília, mas recebeu as mesmas respostas dadas a Alana e a muitas brasileiras quando procuram atendimento. “Eu tive que viajar porque na minha cidade não faziam o procedimento com mais de 14 semanas, e eu já estava com quase 18. Viajei para Minas Gerais, Uberlândia, e fui atendida e acolhida por uma equipe excelente, me deram todo suporte possível”. Ali ela fez novos exames, inclusive ultrassom. Ela também contou com o apoio e a orientação do Projeto Vivas. A demora para conseguir realizar o procedimento deixou tudo ainda mais difícil.

“Eu realizei o procedimento, mas voltei para casa com muita tristeza, meu coração cortado. Sinto essa dor até hoje, pois eu já estava com quase quatro meses de gestação. Mas eu não tinha condições de ter ela [a criança] naquela situação e como tudo aconteceu. Creio que Deus sabe de todas as coisas”.

De acordo com o Mapa do Aborto Legal, resultado de uma pesquisa desenvolvida pela Artigo 19 Brasil e América do Sul, em todo o país 416 hospitais são potencialmente aptos para realizar o procedimento, mas 164 são cadastrados apenas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), 359 são cadastrados apenas no Sistema de Informações Hospitalares do DATASUS e somente 116 hospitais tem cadastro em ambas as bases. Essa diferença torna a identificação de quais realmente realizam o procedimento mais difícil, especialmente para quem não conhece como estas bases funcionam.

Na cidade do Rio de Janeiro (RJ), por exemplo, 19 hospitais realizam o procedimento, mas nenhum foi confirmado em todas as três instâncias (federal, estadual e local). Já o estado de Minas Gerais concentra 45 hospitais cadastrados - apenas 27 com os três níveis de confirmação. Quando o hospital é confirmado nas três instâncias, existe maior confiabilidade das informações. A plataforma do Mapa do Aborto Legal checa e cruza dados públicos sobre os serviços de saúde listados para oferecer o aborto legal, entendendo que existem brechas no oferecimento de informações e dificuldade de acesso aos serviços enfrentada pelas brasileiras, como no caso de Alana e Beatriz, gerando todo tipo de sofrimento psíquico.

Descriminalizar

A deputada federal Julia Zanatta (SC), eleita em 2022, também usa sua conta no Instagram, com cerca de 826 mil seguidores, para manifestar sua opinião contrária ao aborto. No dia 27 de outubro, a parlamentar publicou um vídeo, em formato de reels, expondo um caso em que um bebê prematuro, declarado natimorto, chora em seu próprio velório, e aproveitou para criticar o voto do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, favorável à descriminalização do aborto. “Fica aqui o choro de um bebê prematuro extremo, de cinco meses ou 23 semanas, que as abortistas, as feministas, chamam de um amontoado de células. Imagine esse bebê dentro do ventre, é que ele está dentro do ventre, então ele não consegue emitir esse choro, mas é esse choro que ele iria emitir se tentassem matar ele”. O vídeo possui mais de 1500 comentários, como “Parabéns, Julia! Ser pró-vida é ser a favor da humanidade, do bem, a favor de Deus” e “Barroso caiu atirando, atirando em vítimas inocentes!”.





Comentários da publicação do dia 27 de outubro de 2025 da parlamentar Julia Zanatta. Reprodução do Instagram.

A crítica da deputada e de seus seguidores ao voto do então ministro Luís Roberto Barroso refere-se ao julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ADPF 442, no dia 17 de outubro de 2025, em sessão virtual extraordinária. A ADPF 442 foi ajuizada em 2017 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e pelo Anis Instituto de Bioética com o objetivo de descriminalizar o aborto, em qualquer circunstância, nas primeiras 12 semanas de gestação e está disponível no portal do STF para consulta pública. O bebê natimorto do vídeo da parlamentar Julia Zanatta estava com 23 semanas, 10 a mais do que o tempo de gestação definido na ADPF 442.

A crítica ao voto do ex-ministro não foi apenas da parlamentar Julia Zanatta. “O caso é gravíssimo porque pode implicar na descriminalização do aborto de até 12 semanas no Brasil e, depois, de pouquinho em pouquinho, a coisa vai sendo flexibilizada”, argumentou a deputada Chris Tonietto em uma live publicada no dia 17 de outubro de 2025. A parlamentar também questionou seus seguidores se seria papel do STF descriminalizar o aborto. “Como o PSOL sabe que perde no debate democrático no parlamento, eles correm ao STF, provocando essa judicialização da política, para que o STF decida e defina no lugar do parlamento”. Para a pesquisadora Maira Kubik Taveira Mano, a tática de levar o debate sobre a descriminalização do aborto ao judiciário é instigante. “Eu acho que a esquerda não tem conseguido mesmo pautar via legislativo, mas está tentando via judiciário. É uma estratégia interessante, uma percepção também da correlação de forças no Congresso”. A configuração das cadeiras na Câmara é de 237 parlamentares de direita, 141 de esquerda e 135 de centro. O PL e a federação liderada pelo PT são os partidos com mais mulheres cis - a federação com 21 deputadas (18 do PT e 3 do PCdoB) e o PL com 17. O PSOL e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), dois partidos de esquerda, são os únicos com uma deputada trans cada.

Salete Maria, professora de Estudos de Gênero e Diversidade na Universidade Federal da Bahia (UFBA), afirma que existe um movimento articulado da extrema direita em pautar direitos sexuais e reprodutivos no país, como é o caso do movimento de parlamentares mulheres do Partido Liberal, que, de certa forma, não encontra uma resistência adequada da esquerda.

“O crescimento do PL Mulher pode afetar os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres brasileiras em virtude deles colocarem sobre a mesa essa discussão, visto que o silêncio, ou então a apatia da esquerda, nesse sentido, também contribui de maneira indireta”.

A pesquisadora Maira Kubik Taveira Mano pensa um pouco diferente. Para ela, o debate legislativo sobre os direitos reprodutivos demonstra que a questão do aborto no Brasil envolve uma política de alianças. “A gente tem um cenário de disputas. Eu não acho que seja só o de avanço do campo conservador, eu acho que o movimento de mulheres, o movimento feminista, tem tentado avançar também pelo seu lado. Mas o aborto é sempre uma moeda de troca nas eleições. Então,

quando temos governos de esquerda ou de centro-esquerda eleitos, sempre há uma garantia de que não se tocará via executivo na questão do aborto, porque é uma forma de reforçar a política de alianças”.

O PL Mulher

No Brasil, entre 2018 e 2022, a segunda maior bancada feminina na Câmara dos Deputados foi a do PL. Em 2018, a sigla elegeu nove deputadas, e, em 2022, 17. Segundo o Partido Liberal, desde que Michelle Bolsonaro assumiu a presidência do PL Mulher, o número de mulheres filiadas, só em 2024, aumentou em 930% e houve um recorde de mulheres eleitas nos pleitos municipais, totalizando 995 mandatárias entre prefeitas, vice-prefeitas e vereadoras. Em Santa Catarina, o partido elegeu três deputadas, duas federais e uma estadual, tornando-se o estado com o maior número de deputadas do PL. O PL Mulher de Santa Catarina, entre 2023 e 2024, com coordenadoras em todas as seis regiões do estado, formou mais de 45 novas executivas municipais, realizou seis eventos de formação política e 16 eventos de filiação, o que resultou em um aumento de quase 7.500 novas mulheres filiadas, de acordo com a assessoria de imprensa do partido no estado.

O crescimento das mulheres no Partido Liberal pode ser explicado por dois fatores, segundo Salete Maria, professora de Estudos de Gênero e Diversidade na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Primeiro, a motivação seria ideológica, pois compartilham os mesmos valores e ideais, o que facilita alianças de natureza política. Depois, porque estas mulheres teriam mais espaço para concorrer às eleições em cargos majoritários, sem terem de provar que são militantes de longa data. Ela explica que esses dois motivos estão diretamente ligados à obrigação do cumprimento da lei de cotas, que exige que todos os partidos brasileiros assegurem, no mínimo, 30% e, no máximo, 70% de candidaturas de cada sexo (termo utilizado na legislação de 1997, mas ultrapassado, uma vez que reforça uma classificação binária e limitada).

Em junho de 2025, o PL lançou o livro “Edificando a Nação” no qual explicita os valores e objetivos do partido, principalmente em relação às mulheres. A obra define o PL Mulher, como “um dos primeiros movimentos de mulheres estruturados dentro de um partido político no Brasil, abrindo espaço e dando voz à participação feminina muito antes de isso vir a ser pauta nacional, tornando-se um pilar estratégico da construção de um Brasil conservador, cristão, livre e justo”. No entanto, o Partido Liberal foi fundado em 2006, sendo, portanto, posterior à criação da lei de cotas, criada em 1997, responsável pelo aumento do número de mulheres eleitas em todos os partidos brasileiros. De acordo com [dados disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral \(TSE\)](#), em 1998, logo depois da criação da lei de cotas, 87% das candidaturas correspondiam a homens e apenas 13% a mulheres. Em 2024, registrou-se 66% de candidaturas masculinas e 34% femininas. Além disso, o único partido que elegeu uma mulher Presidente da República foi o Partido dos Trabalhadores (PT).

Na apresentação da obra, uma frase sintetiza os capítulos seguintes: “Este livro revela como o PL está lutando para resgatar valores fundamentais como a defesa da vida desde a concepção, a proteção das crianças contra ideologias macabras e a valorização da família como alicerce da sociedade”. Mas o que chama a atenção é a ênfase no que entendem como protagonismo das mulheres do PL, destacando Michelle Bolsonaro como mentora. “Michelle Bolsonaro lidera o caminho, mostrando que mulheres conservadoras transformam a política com cuidado, fé e coragem, sem cair na narrativa de vitimização do feminismo moderno”. A discussão sobre a defesa da vida desde a concepção e sobre ser feminina e não feminista está presente na maioria das seções do livro, composto por artigos escritos por parlamentares. A obra fez parte do material didático do I Encontro Nacional de Mandatárias do Partido Liberal, realizado em Brasília, em junho de 2025, que reuniu mil participantes durante dois dias.

No capítulo Uma política diferente, a própria Michelle Bolsonaro utiliza o discurso antifeminista para definir o movimento. “Se o feminismo quer destruir o casamento, as relações de responsabilidades partilhadas, se quer destruir os modelos que os filhos extraem dos pais, nós, ao contrário, queremos fortificar o relacionamento com nossos maridos, queremos atrair nossos filhos, queremos construir lares e edificar sociedades, bem como proteger nossas gerações, nossas heranças culturais e nossas heranças patrimoniais”. Na seção seguinte, escrita pela deputada Chris Tonietto, o mesmo discurso aparece, agora mais enfático:

“O germe feminista hoje parece povoar e influenciar a mente não só das mulheres, mas da sociedade como um todo, desde o médico que prega o aborto e a “antinatalidade”, ao pai que estimula a filha para usar preservativo e anticoncepcionais para não engravidar, mas que se abstém de orientá-la sobre os benefícios de se construir uma família de maneira estruturada e no tempo adequado, sob a alegação de que os tempos são outros”.

A questão de gênero como assunto prioritário no livro e nos discursos das parlamentares e da própria Michelle Bolsonaro demonstra um ponto em comum na direita e extrema direita brasileira, para Máira Kubik Taveira Mano. De acordo com ela, gênero é uma questão central para os conservadores porque funciona como uma cola moral. “Ele reúne desde as trad wives (um neologismo em inglês para “esposa tradicional”, que defende o estilo de vida de mulheres donas de casa) até o cara que tá defendendo o golpe de 64 numa mesma pauta”.

Cartilha



Encontro regional do PL Mulher em Araranguá (SC). Foto: Jéssica Schmitt

No dia 13 de novembro de 2025, o PL Mulher reuniu cerca de 120 pessoas no Auditório Plínio Linhares, no Shopping Center de Araranguá, em Santa Catarina, para o encontro estadual do PL Mulher. O evento, aberto ao público, contou com a participação da deputada estadual Ana Campagnolo (SC) e de outras autoridades como o Coordenador Regional da Alesc, André Fernandes, o vereador de Araranguá, Rafael Fernandes Silva, a vereadora de Meleiro, Morgana Figueiredo, e Emmanuella Ghedin Alano, empossada no evento vice-coordenadora regional da Associação de Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC). No discurso de posse, agradecendo ao PL Mulher, ela desabafou: “É muito desafiador ser de direita e conservadora”, sendo muito aplaudida em seguida.

No encontro, foram distribuídas cartilhas sobre as sete pautas do PL Mulher em Santa Catarina – famílias fortalecidas, defesa da vida, combate à violência, educação, saúde, trabalho voluntário e participação política –, referência nacional por ser a primeira cartilha produzida pelo movimento de mulheres do partido. No evento, a parlamentar Ana Campagnolo proferiu, depois da execução do hino nacional e estadual, uma palestra sobre a tradição do pensamento filosófico de esquerda e direita, com associações bíblicas. A deputada também elogiou o PL Mulher e disse que a organização é o que todo partido deveria ser, “construído de baixo para cima”.



Mesa com cartilhas e adesivos disponíveis para quem estava no encontro de mulheres do partido. Foto: Jéssica Schmitt.

Nas cadeiras do auditório encontravam-se mães, pais, filhos, jovens e idosos, a maioria com adesivos colados no corpo. Das crianças, uma, em especial, destacou-se por receber uma mensagem em vídeo do Deputado Federal Nikolas Ferreira (MG) após expor para a parlamentar Ana Campagnolo seu desejo de seguir o caminho político. No evento também foi possível perceber que os pais e seus filhos carregavam os dois livros infantis, lançados recentemente, da deputada Ana Campagnolo, em conjunto com o deputado Nikolas Ferreira, “Ela é ela” e “Ele é ele”, para meninas e meninos, respectivamente, nos quais reafirmam suas ideias sobre gênero, usando o discurso religioso.

No Instagram, no dia 09 de outubro, a parlamentar divulgou em um reels os dois livros infantis como uma forma de educar as crianças e dar esperanças aos jovens que não querem ter filhos. “É uma oportunidade dialética de ensinar a diferença entre meninos e meninas e, ao mesmo tempo, que ambos são igualmente valiosos e valerosos diante de Deus”. Em outra publicação, dia 10 de outubro, a deputada compartilhou o trecho de uma entrevista concedida durante evento de lançamento dos livros em São Paulo. “Existe um motivo e um fundamento porque ele é ele e ela é ela. A esquerda, os progressistas, dizem que você pode ser qualquer coisa, que você pode ser, inclusive, o que você não é. E o que esse livro nos mostra é que o seu filho pode fazer qualquer coisa. Pode ser político, professor, piloto de avião, esportista, mas ele não pode mudar a sua natureza, e que é melhor para a saúde psicológica do seu filho, da sua filha, da sua casa, que ele tenha essa identidade firme, firmada nos valores da família”.

Enquanto tenta demonstrar preocupação com a saúde psicológica das crianças, a parlamentar cria barreiras que dificultam o acesso ao direito ao aborto legal de meninas vítimas de violência sexual. Em junho de 2022, ela requereu a instalação da CPI do Aborto para investigar um caso de interrupção de gravidez de uma criança de 11 anos. A menina teve o direito ao aborto legal negado após sofrer um estupro e, posteriormente, foi autorizada pela justiça a deixar o abrigo onde era mantida contra a sua vontade para, finalmente, acessar o direito de interromper a gestação. Na ocasião em que a deputada protocolou o pedido para investigar o caso, em pronunciamento na Alesc, ela exibiu uma animação sobre o aborto, sempre utilizando termos como “esquartejado” e “assassinado” para se referir ao feto, algo comum em seus discursos no plenário e nas redes sociais. “Muitas pessoas falaram sobre diminuir o trauma da menina de dez anos. Não existe como diminuir o trauma de uma menina com relação ao parto de um bebê desse tamanho [em uma gestação de 28 semanas]. O bebê terá que sair, vivo ou morto. E a pergunta que eu faço é: por que permitimos que esse bebê fosse morto, asfixiado e esquartejado antes de sair de dentro do corpinho da menina de onze anos?”. Curiosamente, durante o discurso no dia 28 de junho de

2022, ela em momento algum abordou as consequências desta mesma criança carregar no ventre, contra a vontade, o fruto de um estupro. Como se vê, a preocupação com a saúde mental na infância é bastante relativa.

****Os nomes com asterisco utilizados nesta reportagem são fictícios, para preservar a identidade das vítimas.***



Built with **Shorthand**